

A ANTIGUIDADE, O ENSINO DE HISTÓRIA E O CURRÍCULO MULTICULTURALISTA

Filipe N. Silva¹

Resumo

Este artigo discute o Ensino de História Antiga dentro da perspectiva do currículo multiculturalista. Por admitirem a pluralidade de identidades e culturas, o enfoque multicultural tem sido incorporado ao ambiente escolar por meio dos currículos. Ante às variadas formas de desigualdade e exclusão social vigentes na sociedade brasileira, a adesão a uma proposta curricular multiculturalista no Ensino de História representa o reconhecimento e a valorização da diversidade cultural, étnico-racial e de gênero. Interessa-nos ressaltar a compatibilidade entre as teorias multiculturalistas e o Ensino de História Antiga.

Palavras-chave

História Antiga; currículo; Ensino de História; multiculturalismo.

¹ Pós-doutorando – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Brasil. E-mail: filipe.hadrian@gmail.com

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.6, n.1 – 2021.1. p. 177-188.

DOI: 10.34024/herodoto.2021.v6.13789

Abstract

This article discusses the Teaching of Ancient History from the perspective of the multiculturalist curriculum. As it admits the plurality of identities and cultures, the multicultural approach has been incorporated into the school environment through the curricula. In face of the various forms of inequality and social exclusion existing in Brazilian society, adherence to a multiculturalist curricular proposal in History Teaching represents the recognition and appreciation of cultural, ethnic-racial and gender diversity. We are interested in highlighting the compatibility between multiculturalist theories and the teaching of Ancient History.

Keywords

Ancient History; curriculum; History Teaching; multiculturalism.

Introdução

A recente publicação da Base Nacional Comum Curricular acrescentou novos capítulos às discussões, efervescentes desde a década de 1980 (Funari, 2010), sobre o ensino de História Antiga na educação básica brasileira. Em resposta às alterações suscitadas pelo novo referencial, estudiosas/os atuantes em diferentes regiões do país, por meio de artigos (Funari, 2015), manifestos (Tacla; Lima, 2015) e dossiês temáticos², elucidaram os eventuais prejuízos sociais, políticos e epistemológicos advindos de um ensino de História restrito à experiência histórica do Estado nacional brasileiro. A importância da Antiguidade em âmbito escolar visando à formação do senso crítico, do exercício da cidadania (Funari, 2004) e do respeito à diversidade (Funari, 2020), com efeito, já foi demonstrada alhures e justifica sobremodo a presença das sociedades antigas nos currículos escolares brasileiros do século XXI.

Depurada de seu originário teor colonialista e eurocêntrico (Silva, 2017), a História da Antiguidade contemporânea tem reagido de maneira favorável às demandas sociais de democracia, inclusão, convivência e diversidade (Funari, Carlan; Silva, 2020). A contribuição das teorias feministas e pós-coloniais resultou na produção de uma História Antiga voltada à experiência histórica das mulheres, dos escravizados, dos homossexuais e outros grupos sociais marginalizados (Garraffoni, 2008). Até mesmo conceitos específicos, que outrora foram utilizados com feições imperialistas, têm sido substituídos por termos que valorizam os intercâmbios étnicos e culturais na Antiguidade, tais como: hibridez cultural, miscigenação e creolização (Funari; Garraffoni, 2018: 250).

O Currículo Escolar Multiculturalista e a História da Antiguidade

Voltadas ao reconhecimento e valorização da diversidade no interior das sociedades, as teorias sociais multiculturalistas são resultantes dos estudos culturais e processos de fragmentação das identidades sociais em curso desde a segunda metade do século XX (Canen, 2000). A globalização, os processos de descolonização e a proliferação de distintos movimentos sociais colocaram em xeque a estabilidade e a naturalidade das identidades nacionais, étnico-raciais, de classe social e de gênero (Hall, 2006). As hierarquias culturais, por vezes admitidas como naturais, também

² Veja-se, por exemplo, o dossiê sobre ensino de História Antiga da *Revista Mare Nostrum. Estudos sobre o Mediterrâneo Antigo*. (USP). Nº08. 2017.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.6, n.1 – 2021.1. p. 177-188.

DOI: 10.34024/herodoto.2021.v6.13789

passaram a ser reconhecidas em sua arbitrariedade, nas sociedades do presente (Canen, 2000) e do passado (Funari, 1989).

As teorias multiculturalistas fizeram com que as discussões sobre diversidade cultural se estendessem para outros domínios, inclusive o da educação, extrapolando, portanto, o espaço científico da Antropologia (Silva, 2005: 86). Admitido nos currículos escolares pós-críticos, o multiculturalismo tem proposto, em âmbito escolar, uma formação respeitosa à diversidade e às múltiplas culturas. Além da apologia à convivência, a reflexão sobre como as diferenças são construídas, sua subordinação às relações desiguais de poder, também foi levada ao cotidiano das escolas no bojo dos currículos produzidos sob esse referencial (Silva, 2005: 89).

Quais seriam, então, os méritos e os eventuais limites do ensino de História Antiga concebido a partir desses referenciais? Emma Dench (2005: 07-11), por exemplo, problematizou a projeção de teorias pós-coloniais para a História da Antiguidade: estas perspectivas, argumenta a estudiosa, representam ambições e projetos sociais hodiernos e não encontrariam correspondência nas sociedades antigas, nas quais espera-se evidenciar um reflexo histórico desses mesmos anseios (Dench, 2005: 08). Nesse sentido, parece-nos oportuno questionar: como, por exemplo, a História do Império Romano, caracterizada por guerras de conquista, escravização e execução de povos estrangeiros, poderia ser ensinada a partir de referenciais de convivência pacífica e respeitosa entre civilizações e culturas heterogêneas?

Apesar de sua ampla utilização por parte dos imperadores romanos, a apologia à opressão e ao extermínio, contudo, apenas de maneira forçosa poderia ser considerada única ou hegemônica. Ao contrário, perspectivas favoráveis à integração e à coexistência também podem ser evidenciadas na tradição textual e na cultura material produzidas no Império Romano dos primeiros séculos. Um conhecido discurso do imperador Cláudio a propósito da admissão de gauleses no Senado, registrado em uma inscrição de Lyon (CIL XIII, 01668), por exemplo, discorre de maneira favorável à incorporação dos estrangeiros, sobretudo gauleses, e à consequente heterogeneidade étnica na formação da sociedade romana desde épocas remotas (Funari; Duprat, 2019).

Admitidos sob a perspectiva histórica do inventário das diferenças (Veyne, 1983), ambos os discursos podem ser explorados em âmbito escolar com objetivo de estimular, por um lado, a reflexão sobre as relações de poder e os projetos sociais de inclusão e exclusão, do passado e do presente. Por outro lado, o ensino de História Antiga também coloca em evidência as

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.6, n.1 – 2021.1. p. 177-188.

DOI: 10.34024/herodoto.2021.v6.13789

consequências nefastas advindas dos discursos de dominação e exclusão social.

O Império Romano: entre a opressão e a convivência

Iniciada em meados do século III AEC, a empreitada imperialista romana sobre a Itália e outros territórios do Mediterrâneo, a construção de um *imperium sine fine* preconizada por Virgílio, ocorreu de maneira ininterrupta até o governo de Adriano (117 – 138 Era Comum.), quando este imperador se viu obrigado a abandonar parte dos territórios sob jurisdição romana em regiões da Mesopotâmia, Armênia e Assíria (Birley, 1997: 133).

Ainda que a cooptação das elites e a progressiva concessão da cidadania tenham permitido uma ampla integração de povos conquistados pelos romanos (Funari, 2006: 56), a expansão imperial romana ficou marcada por invasões, guerras, repressões ou conquistas contra gauleses, celtas, bretões, germânicos, cartagineses, e outras civilizações do Mediterrâneo. A complexa relação entre romanos e judeus, em particular, constitui um exemplo oportuno a ser trabalhado nas aulas de História Antiga.

Fragmentadas em seitas distintas (Chevitarese, 2006), as populações judaicas foram integradas ao Império Romano na segunda metade do século I AEC. Apesar do interesse de Pompeu pela região, foi apenas em 40 AEC, em resposta à invasão da Judeia por tropas partas, que os romanos estabeleceram, com Herodes, seu domínio definitivo sobre o território (Goodman, 2004). Apesar da pretensa condescendência dos romanos em relação aos costumes judeus, característica que Martin Goodman (2004: 12) denominou como *tolerância multicultural*, diversas revoltas, práticas de banditismo social e outras formas de contestação ao domínio romano foram empreendidas pelos judeus entre os séculos I e II da Era Comum (Crossan; Reed: 2007).

A incompatibilidade entre o culto imperial e o judaísmo rendeu episódios de tensão entre os judeus e o governo romano: no ano de 39 da Era Comum, por exemplo, sob o governo de Calígula, um altar dedicado à família imperial teria sido destruído pelos judeus em Jamnia. O imperador, em resposta, ordenou a construção de uma estátua sua, representado à maneira do deus Júpiter, para ser instalada no Templo de Jerusalém: este santuário também seria convertido ao culto imperial romano (Barret, 2008: 135). Sob a ameaça de uma revolta social, Caio Cesar, por vias diplomáticas

e graças à atuação do governador Públio Petrônio, teria sido dissuadido desta empreitada (Funari; Silva, 2019).

A moderação e a diplomacia, contudo, não foram suficientes para evitar a revolta levada a cabo entre os anos de 66 e 70 da Era Comum. Fomentada pelas camadas sociais menos abastadas, a rebelião contra Roma e seu domínio sobre a Judeia resultou no massacre da população e na destruição do Segundo Templo de Jerusalém (Guarinello, 2013: 146). Nos anos seguintes, a vitória romana sobre os judeus foi celebrada em suportes distintos pelos imperadores Vespasiano e Tito:



Imagem 01³: Sestércio cunhado em Roma, no ano de 71 da Era Comum, sob o governo de Vespasiano, comemorando a vitória romana sobre a Judeia. **Anverso:** Busto de Vespasiano, laureado e voltado à direita. Inscrição: IMP(erator) CAES(ar) VESPASIAN(us) AUG(ustus) P(ontifex) M(aximus) TR(ibunicia) P(otestas) P(ater) P(atriae) CO(n)S(ul) III. Tradução: Imperador César Vespasiano Augusto, Pontífice Máximo, (revestido com o) poder tribunício, pai da pátria, três vezes cônsul. **Reverso:** Representação de uma mulher judia, à direita, em situação de luto. À esquerda, também abaixo de uma palmeira, um homem feito cativo, com as mãos atadas, figura ao lado de seus armamentos de guerra. Interessante notar que a figura masculina, admitida nesta representação como potencialmente belicosa, encontra-se acorrentada. O fato de a personagem feminina ser representada em liberdade, por sua vez, coloca em evidência a suposição de que uma mulher prescinde desse mesmo cuidado.

Além do uso econômico, a moeda tem sido pensada como um meio de comunicação utilizado pelas autoridades emissoras para transmitirem suas mensagens políticas (Carlan, 2007). No caso das cunhagens do Império Romano, realizadas em Roma ou nas províncias, tem-se reconhecido que as diversas imagens, símbolos, inscrições e representações associadas aos imperadores estavam incumbidas da tarefa de difundir suas conquistas, títulos e êxitos militares. Neste caso, em particular, a menção à

³ Inscrição: IVDAEA CAPTA. SC (no exergo). Tradução: Judeia conquistada. Referência: CARRADICE, I.A; BUTTREY, T.V. *The Roman Imperial Coinage*. Vol.02, part I. From AD 69 to AD 96: Vespasian to Domitian. Londres: Spink, 2007. (159: 71). Foto: *British Museum*. *Heródoto, Unifesp, Guarulhos*, v.6, n.1 – 2021.1. p. 177-188. DOI: 10.34024/herodoto.2021.v6.13789

Iudaea Capta reitera a contraposição aos judeus por parte da dinastia Flávia (Goodman, 2004; Funari; Silva, 2018). O triunfo dos romanos sobre os judeus também foi registrado em outro conhecido monumento da cidade de Roma:



Imagem 02: Pormenor do Arco de Tito retratando o triunfo dos romanos sobre os judeus. A presença da *menorah* remete à destruição e saque do Templo de Jerusalém. **Foto:** Wikimedia Commons.

A retaliação às sedições sociais capitaneadas pelas populações judaicas, sobretudo com a fundação da *Colonia Aelia Capitolina* (131 da Era Comum), após a Revolta de Bar Kokhba (Funari; Silva, 2018), demonstra um tipo de dominação política no qual “*Não havia lugar para dissensões regionais no Império*” (Guarinello, 2013: 146). É imperativo reconhecer, ademais, que a mensagem oficial, veiculada pela moedas e monumentos romanos, também carregava consigo formas simbólicas de dominação cultural em relação aos judeus. Esse exemplo, como já mencionado, pode ser trabalhado em âmbito escolar com o intuito de demonstrar, no presente, os desdobramentos perniciosos advindos da intolerância étnica, cultural e/ou religiosa.

Apesar da abrangência de discursos concebidos sob a égide da exclusão social, o ensino de História Antiga e sobre o Império Romano, em particular, também pode ser feito a partir de referenciais que se mostram favoráveis à convivência entre distintas culturas. Presumimos que a cultura material das práticas quotidianas (Funari, 2003), por não estarem submissas às mensagens oficiais veiculadas pelos imperadores, podem tornar patente essa constatação, inclusive no que se refere às populações judaicas.

Embora seja datada do século III da Era Comum, uma inscrição funerária do norte da África, a título de exemplo, permite-nos observar um

intercâmbio cultural entre um homem de origem judaica e as práticas funerárias romanas:

D(is) M(anibus) S(acrum) / Iudas I/cos(itanus) m(onumentum) v(ivum fecit?).
Consagrado aos deuses manes. Judas, o Icositano, fez em vida este monumento.
(Tradução nossa).

Data: 271-300 d.C. **Local:** *Africa proconsularis*. **Referência:** *L'anée Épigraphique*. 1978, nº834. p.247.

Conforme demonstrado por Lassère (2005: 265), o nome Judas teria se tornado comum entre as populações judaicas desde a atuação de seu homônimo Macabeu. Ainda que possa resultar do reaproveitamento de estelas funerárias produzidas de maneira padronizada por profissionais desse ramo, a utilização da dedicatória *D(is) M(anibus) S(acrum)* em epitáfios judeus permite-nos constatar que as comunidades judaicas, também em decorrência da diáspora, compartilhavam dos referenciais culturais de outras sociedades mediterrânicas (Lassère, 2005). Como observou Márcio Teixeira-Bastos (2019):

No norte da África, como pode ser observado, a invocação aos *Dii Manes* foi uma resposta normal à morte de um ente querido, inclusive entre segmentos dos judeus norte-africanos. Não se trata, portanto, de os judeus tão somente se diluírem identitariamente entre romanos do norte da África (pagãos e/ou cristãos), mas, sim, de graus diferenciados de apropriação e hibridização do corpus simbólico não judaico pelos judeus norte-africanos, que tiveram suas próprias tradições culturais, mais híbridas e com suas próprias associações de identidade judaica (Teixeira-Bastos, 2019: 351).

Em um contexto maior, que nos permitiria incluir a produção da *Septuaginta* e seu posterior uso pelas comunidades cristãs primitivas, convém reconhecer que a utilização da língua grega pelas comunidades judaicas possibilitou seu contato com convenções e até instituições gregas que foram assimiladas com prontidão. Além dos conhecidos textos religiosos, e de obras como as de Flávio Josefo (37 – c.100 Era Comum), essa amálgama cultural é observável na epigrafia: como exemplo, apresentamos uma inscrição funerária gravada sobre mármore branco encontrada na Catacumba de Monteverde no início do século XX:

ἐνθάδε κειτε Ἄπερ ἄρχων / Καλκαρ[ησι]ῶν ἐν εἰρήνῃ ἡ κὺ/μησις [...]ω
[ἐποίησε] Ἰού<λ>ειο-/ (Menorá)–ς (Menorá).

Data: Séculos III-IV da Era Comum.

Dimensões: 26 x 60.5 x 2 cm.

Referência: NOY, David. *The Jewish Inscriptions of Western Europe*. Volume 2. The city of Rome. Cambridge: University Press, 1995. Nº69, p.60.

Aqui jaz Áper, arconte dos Calcaresinos, que repousa em paz. Julio fez...
(Tradução nossa).

A inscrição do judeu Áper, mesmo com uma datação tardia, utiliza o vocábulo grego ἄρχων (*archon*) para se referir ao posto ocupado pelo indivíduo registrado no epitáfio. Oriundo do contexto das *póleis* gregas, o título de arconte é recorrente em inúmeras inscrições judaicas e também pode ser observada em textos neotestamentários, nas epístolas paulinas, nos quatro evangelhos canônicos e no livro dos Atos. Como na inscrição, seu emprego ocorre para designar autoridades seculares e também do próprio âmbito judaico:

Mas, falamos a sabedoria de Deus oculta em mistério, que Deus destinou antes dos séculos para nossa glória, a qual nenhum dos chefes (τῶν ἄρχόντων) deste mundo conheceu. Pois se a tivesse conhecido, não teriam sacrificado o senhor da glória (1Co. 2: 07-08. Tradução de Frederico Lourenço. Grifos nossos).

E eis que veio ao seu encontro um homem chamado Jairo, que era chefe da Sinagoga (ἄρχων τῆς συναγωγῆς). Caindo aos pés de Jesus, suplicava-lhe que entrasse em sua casa, porque tinha uma filha única, de uns doze anos, e ela estava a morrer. E, quando ele se dirigia para lá, as multidões apertavam-no (Lc. 08: 41-42. Tradução de Frederico Lourenço. Grifos nossos).

Foi em diálogo com um contexto histórico multicultural e de identidades fluidas, portanto, que o judaísmo antigo se desenvolveu e muitas vezes se reinventou. Também por sua condição de cultura em diáspora, a abertura do judaísmo a outros referenciais culturais demonstra um projeto de sociedade distinto daquele reproduzido nos monumentos romanos, caracterizados por celebrar a guerra, escravização e execução de outros povos.

Considerações finais

Realizada a partir de critérios políticos, a seleção dos conhecimentos que os/as estudantes devem (ou não) aprender na escola sempre está atrelada à questão sobre que tipo de cidadão se pretende formar para uma determinada sociedade (Silva, 2005, p.15). Por levarem às salas de aula a reflexão acerca da arbitrariedade das hierarquias culturais, os currículos escolares multiculturalistas demonstraram-se favoráveis à inclusão, à diversidade e à democracia.

Apesar de ocupar um espaço limitado na maioria dos atuais referenciais curriculares brasileiros, o ensino de História Antiga, representado neste artigo por meio de um breve estudo de caso sobre os judeus no Império Romano, parece-nos plenamente compatíveis com as propostas escolares

multiculturalistas. Não se pode esperar, como já se acreditou noutros tempos (Silva, 2005), que um currículo escolar seja capaz de extinguir as contradições, desigualdades e conflitos sociais de uma dada sociedade. Contudo, como já observou Paulo Freire (2000) em seu comentário ao assassinato do indígena pataxó Galdino Jesus dos Santos: “Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”.

Agradecimentos

Agradeço a Juan-Manuel Bermúdez-Lorenzo, Pedro Paulo Abreu Funari, Raquel dos Santos Funari, Gláydson José da Silva. Menciono o apoio institucional do IFCH/Unicamp, da Unifesp, da FAPESP, e do CNPq. A responsabilidade pelas ideias, entretanto, restringe-se ao autor.

Referências Bibliográficas

BARRET, A. A. Caligula. In: *Vidas de Los Césares*. Barcelona: Editorial Crítica, 2008. p.109-142.

BIRLEY, Anthony Robert *Hadrian. The Restless Emperor*. Londres/Nova Iorque: Routledge, 1997.

CANEN, Ana. Educação multicultural, identidade nacional e pluralidade cultural: tensões e implicações curriculares. *Cadernos de Pesquisa*. Nº.111, Dezembro/2000. p.135-149.

CARLAN, Claudio Umpierre. *Moeda e Poder em Roma*. Um mundo em transformação. Tese de Doutorado. IFCH/Unicamp. Campinas, 2007.

CARRADICE, I.A; BUTTREY, T.V. *The Roman Imperial Coinage*. Vol.02, part I. From AD 69 to AD 96: Vespasian to Domitian. Londres: Spink, 2007.

CHEVITARESE, André Leonardo. Cristianismo e Império Romano. In: SILVA, G.V; MENDES, N.M. *Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural*. Vitória/Rio de Janeiro: EDUFES/Mauad, 2006. p.161-173.

CROSSAN, J.D; REED, J.L. *Em busca de Jesus*. Debaixo das pedras, atrás dos textos. São Paulo: Paulinas, 2017.

DENCH, Emma. *Romulus' Asylum. Roman identities from the Age of Alexander to the Age of Hadrian*. Oxford: University Press, 2005.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.6, n.1 – 2021.1. p. 177-188.

DOI: 10.34024/herodoto.2021.v6.13789

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

FUNARI, P.P.A. *Cultura popular na Antiguidade Clássica*. São Paulo: Editora Contexto, 1989.

FUNARI, P.P.A. *A vida quotidiana na Roma Antiga*. São Paulo: Editora Annablume, 2003.

FUNARI, P.P.A. A importância de uma abordagem crítica da História Antiga nos livros escolares. *Revista História Hoje*. São Paulo. 2004. p.01-06.

FUNARI, P.P.A. A cidadania entre os romanos. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Organizadores). *História da Cidadania*. São Paulo: Editora Contexto, 2006. p.48-79.

FUNARI, P.P.A. A renovação da História Antiga. In: KARNAL, Leandro (Organizador). *História na sala de aula*. Conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Editora Contexto, 2010. p.95-107.

FUNARI, P.P.A. A História em sua integridade, o Centro do Pensamento Antigo e a Base Nacional Comum Curricular. *Revista de Estudos Filosóficos e Históricos da Antiguidade*. Nº29, Vol.01. Jan-Dez. 2015. p.07-12.

FUNARI, P.P.A; DUPRAT, P.P. Discurso, gênero literário e histórico: a propósito do imperador Cláudio e Tácito. *Revista Entre Parênteses*. Nº08, Vol.02. 2019. p.01-24.

FUNARI, P.P.A; GARRAFFONI, R.S. A aculturação como modelo interpretativo: o estudo de caso da Romanização. *Heródoto*. Unifesp/Guarulhos. Vol.03, Nº.02. 2018. p.246-255.

FUNARI, P.P.A; SILVA, F.N. Bar Kokhba: as evidências arqueológicas e seus desafios. *Cadernos do Lepaarq*. Vol. XV, Nº.29. 2018. p.57-70.

FUNARI, R.S; CARLAN, C.U; SILVA, F.N. Introdução: Reflexões sobre a África e o Mediterrâneo Antigo. In: *A África e o Mediterrâneo Antigo*. Aproximações Contemporâneas. Novas Edições Acadêmicas, 2020. p.03-06.

FUNARI, R.S. Onde está o Egito Antigo? Desafios do Ensino de História. In: FUNARI, R.S; CARLAN, C.U; SILVA, F.N. *A África e o Mediterrâneo Antigo*. Aproximações Contemporâneas. Novas Edições Acadêmicas, 2020. p.61-72.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.6, n.1 – 2021.1. p. 177-188.

DOI: 10.34024/herodoto.2021.v6.13789

GARRAFFONI, Renata Senna. *História Antiga e as Camadas Populares: Repensando o Império Romano*. Separata da Revista Cadmo. Nº. 18. Lisboa, 2008. p. 169-180.

GOODMAN, Martin. Trajan and the origins of Roman hostility to Jews. *Past & Present*. Nº. 182. Feb.2004, p.03-29.

GOSDEN, Chris. *Archaeology and Colonialism*. Cambridge: University Press, 2004.

GUARINELLO, Norberto Luiz. *História Antiga*. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2006.

LASSÈRE, Jean-Marie. *Manuel d'Épigraphie Romaine*. Paris: Picard, 2005.

NOY, David. *The Jewish Inscriptions of Western Europe*. Volume 2. The city of Rome. Cambridge: University Press, 1995.

SILVA, Tomaz Tadeu. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias de currículo*. 2ª Edição. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2005.

SILVA, Uiran Gebara. Uma antiguidade fora de lugar?. *Revista Mare Nostrum*. Nº 08. 2017. P.01-12.

SILVA, F.N; FUNARI, P.P.A. Calígula – Loucura, tirania e poder, ou não? In: PORTO, V.C; SILVA, M.A.O. (Organizadores). *Imperadores Romanos*. De Augusto a Marco Aurélio. Teresina/São Paulo: LABHAN/UFPI; LARP/MAE/USP, 2019. p.58-80.

TACLA, Adriene Baron; LIMA, A.C.C. Um manifesto pela História e pelas Experiências das Culturas da Antiguidade. ANPUH Rio de Janeiro. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/bncc-historia/item/3123-manifesto-do-gtha-sobre-a-bncc>. Acesso em: 01/05/2021.

TEIXEIRA-BASTOS, Marcio. Atualizando os debates sobre os judeus da África do Norte. *Topoi*. Vol.20, Nº41. Rio de Janeiro. Maio/Agosto de 2019. p.341-367.

VEYNE, Paul. *O inventário das diferenças*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.